

# 167 ERRATA DENUNCIA PACTOS

## Aleluia é salvo no final

A divulgação de uma errata para retirar do relatório final o nome do deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) da lista dos cassados expôs ontem a existência de acordos políticos para limitar as investigações e poupar determinados parlamentares. A errata salvou o mandato de Aleluia, mas semeou uma grande discórdia entre os integrantes da CPI em um momento que deveria ser de comemoração.

“Esta errata prova que houve um acordo na calada da noite para se retirar nomes”, denunciou o deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG), membro da Subcomissão de Emendas que teve seu trabalho elogiado até pelo presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA). “O relator vai ter de explicar não a mim, mas ao País, quando e porque essas pessoas foram poupadadas”, afirmou Miranda, antes de sair do auditório onde foi lido o relatório.

O episódio obrigou Roberto Magalhães (PFL-PE) a deixar a mesa para dar explicações. “Houve somente um erro de impressão no Prodásen”, justificou, referindo-se a um parágrafo inteiro que recomendava a punição de Aleluia. Na realidade, a exclusão de Aleluia, considerado um dos mais hábeis interlocutores do PFL no Congresso, ocorreu para equilibrar a balança da política baiana.

“Não aceito esta operação-abaixa”, denunciou o líder do PDT, Luiz Salomão (RJ), inconformado sobretudo com a não-punição de José Carlos Vasconcellos (PPR-PE), Paes Landim (PFL-PI), José Luiz Maia (PPR-PI) e do senador Saldanha Derzi (PP-MS). “As subcomissões apresentaram indicações consistentes que não podem ser desrespeitadas pelo relator, porque ele recebeu pressões”. Os acobertamentos denunciados por Salomão não aconteceram apenas na reta final da CPI. Desde meados de novembro, quando foram confiscados os arquivos da Odebrecht, a CPI passou a fazer um sorrateiro jogo de esconde-esconde. Ao mesmo tempo, passou a ouvir alguns envolvidos em ritmo acelerado, não dando tempo aos membros das subcomissões de preparar questionários e coletar provas.

Naquela ocasião, a CPI decidiu investigar somente os nomes que apareciam nos disquetes da Odebrecht acompanhados por indicação de percentuais. Não investigou, por exemplo, a lista dos que receberam brindes, o que livrou de constrangimentos a deputada Roseana Sarney (PFL-MA), filha do ex-presidente José Sarney. Também decidiu ignorar a listagem dos deputados e senadores qualificados como passíveis de acesso pela empreiteira. Teve motivos para isso: nesta lista estava incluído o nome do presidente da Câmara, Inocencio Oliveira (PFL-PE), do então líder do governo, Roberto Freire (PPS-PE), e do líder do PFL, senador Marco Maciel (PE).

**Maria Bergamaschi/AE**